

O oceano histórico e ecológico: Narrativas e contextos da época moderna

Cristina Brito¹, Nina Vieira², Catarina Garcia³, Patrícia Carvalho⁴, Teresa Lacerda⁵, Joana Baço⁶

Resumo: Uma história do oceano deve contar com as dinâmicas oceanográficas e ecológicas, para além das humanas. No contexto da época moderna, as expansões europeias são o cenário para a construção das narrativas históricas. Assim, argumentamos que estes processos alteraram de forma profunda a ligação entre pessoas e o resto da natureza; que as ilhas foram espaços ímpares de suporte e intercâmbio; que as relações entre os povos europeus e não-europeus foram de contacto e confronto e estimularam a transferência de conhecimento; e que o oceano fomentou interações socioculturais e o aparecimento de novas sociedades a nível global. À luz das correntes historiográficas das Humanidades para os Oceanos, o oceano enquanto entidade é considerado como agente co-construtor de narrativas partilhadas por diferentes realidades socioculturais e ambientais.

Palavras-chave: Expansões europeias; Interações e intercâmbios; Agências humanas e não-humanas; Humanidades Ambientais; Humanidades para os Oceanos.

Introdução: O oceano e a história ainda por contar

Existe sobre os oceanos uma história ainda por contar. Ou talvez devêssemos antes dizer, existe nos oceanos uma história por contar. Uma

¹ Investigadora Integrada; CHAM - Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa. E-mail: cbrito@fcsh.unl.pt

² Investigadora Integrada; CHAM - Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa. E-mail: ninavieira@fcsh.unl.pt

³ Investigadora Integrada; CHAM - Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa. E-mail: catarinagarcia@fcsh.unl.pt

⁴ Investigadora Integrada; CHAM - Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa. E-mail: patriciasanchescarvalho@fcsh.unl.pt

⁵ Investigadora Integrada; CHAM - Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa. E-mail: teresaplacerda@gmail.com

⁶ Investigadora Integrada; CHAM - Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa. E-mail: joanabaco@fcsh.unl.pt

história que vai além das navegações costeiras e transoceânicas, além dos protagonistas clássicos da expansão ultramarina da época moderna, da evolução da tecnologia náutica e da matemática, da conquista e assentamento em novos territórios, dos intercâmbios com outras sociedades. Uma história que envolve múltiplos atores com agenciamentos próprios e influência nas tomadas de decisão dos europeus.

Existe uma história que inclui o próprio oceano, que conta com o oceano – e com as suas dinâmicas oceanográficas e ecológicas – como agente co-construtor de uma narrativa partilhada por diferentes realidades socioculturais e ambientais. Para nos situarmos nos eventos desencadeados pelas sociedades europeias, podemos iniciar esta narrativa, nas viagens marítimas de longa distância controladas pelos portugueses e quase imediatamente seguidas pelas dos castelhanos. A partir da Península Ibérica, no extremo geográfico europeu, iniciam-se rotas que estabelecem as ligações oceânicas a outras partes do mundo, algumas dessas regiões não previamente conhecidas. Ao criar a ligação entre Europa, África e as Américas, e os seus povos, encontramos-nos no momento em que se inicia a chamada “Primeira Globalização” (Costa, Rodrigues & Oliveira, 2014), associada a trocas de pessoas, produtos, ideias e microorganismos no espaço atlântico, num processo já bem reconhecido e denominado por “Intercâmbio Colombino” (Crosby, 2003 [1972]), segundo o qual o mundo fica em contacto pelas dinâmicas económicas, socioculturais e ecológicas e se torna cada vez mais homogéneo, nestas mesmas vertentes (Mann, 2012).

No que diz respeito às viagens transoceânicas e ao estabelecimento das rotas comerciais no Atlântico, nomeadamente à constituição das “trocas triangulares”, centramo-nos nos principais agentes destes movimentos e dinâmicas comerciais, políticas, sociais e culturais, protagonizados em primeira linha pelas monarquias europeias e pelas suas elites endinheiradas ou

socialmente posicionadas, que financiaram os empreendimentos ultramarinos e deram suporte à expansão territorial. Num outro nível, temos os agentes das navegações em si, como capitães de navios, pilotos, marinheiros ou construtores navais, e que, envolvidos no contacto com o mar, conhecedores da força do vento, das correntes e dos giros oceânicos, viabilizam o contacto e a deslocação das sociedades europeias para os diferentes destinos ultramarinos.

Seguindo o princípio de Alfred Crosby (2003 [1972]) e considerando a chegada portuguesa e colonização das margens do território continental da América do Sul, poderíamos eventualmente chamar a este processo “Intercâmbio Cabralino”. Se pretendermos a despersonalização dessas dinâmicas e interligações estabelecidas de forma definitiva no início da época moderna, podemos confiar nas palavras de Steve Mentz (2019; 2020) e referirmo-nos a uma “Globalização Ecológica” ou “*Wet Globalization*”. Para lá da denominação que queiramos adotar, a chamada Primeira Globalização surge do estabelecimento de territórios colonizados, do desenvolvimento de redes comerciais e da exploração de recursos assentes numa dinâmica imperial, que se articulam entre a Europa e as diferentes periferias e que rapidamente ganham dinâmicas próprias mediante os recursos existentes. A extração contínua e em grande escala dos recursos marinhos, por exemplo, levou à degradação do *habitat* com impactes a longo prazo e conduziu populações e espécies à beira da extinção.

Este foi um momento de perturbação geográfica, ambiental e sociocultural. A partir do final do século XV e início do século XVI, o mundo global passa a estar em contacto e em confronto, impulsionados pelas motivações e interesses das sociedades europeias localizadas no extremo do continente. Neste ponto, o oceano é tão central como os humanos que protagonizaram dinâmicas e processos marítimos de exploração.

Podemos, com fundamento na história mas usando abordagens múltiplas e nalguns casos cruzadas, considerar aspetos como as motivações e capacidades para o desenvolvimento das próprias viagens oceânicas, a chegada a ilhas e os primeiros assentamentos, o desenvolvimento das primeiras sociedades coloniais de matriz europeia, os confrontos e contactos entre as sociedades europeias na procura de acesso a novas rotas comerciais, territórios e recursos, e também os processos de enfrentamento da alteridade e de disrupção de estruturas sociais e visões do mundo. Do mesmo modo, podemos e devemos considerar os espaços físicos e as dinâmicas planetárias, os animais, plantas e microrganismos como agentes que motivam ou potenciam escolhas e tomadas de decisão, que são fonte e alvo de impactos e consequências resultantes do mundo em contacto. Para este ensaio, escolhemos tópicos que temos vindo a abordar, na linha de investigação em história ambiental e do mar na qual se cruzam os olhares e as valias científicas de historiadoras, arqueólogas, historiadores de arte e investigadores de estudos literários e culturais, e ainda artistas plásticos. Os historiadores marítimos e ambientais, historiadores de arte e da ciência, (zoo)arqueólogos, geógrafos e oceanógrafos, podem abordar desafios sociais e ambientais do passado e/ou da atualidade a partir dos seus próprios fundamentos disciplinares ou através de uma lente interdisciplinar. Juntos, podem discutir a construção do conhecimento, tecnologia e ciência, as perceções e representações das comunidades marítimas e das populações marinhas, as formas convergentes ou divergentes de exploração do oceano, e os processos de transformação, usos e padrões de comércio e consumo. Em conjunto, agregam uma capacidade de trabalho e de entendimento entre várias linhas disciplinares distintas a qual permite uma inovação real no olhar comum sobre o passado das sociedades humanas em interdependência com o resto do mundo natural.

Animais marinhos e sua exploração

A pesca – na qual, para o efeito, se inclui a caça de mamíferos marinhos – desempenhou um papel importante, ainda negligenciado, na história humana (Fagan, 2017; Holm et al., 2021). O uso e consumo de recursos marinhos iniciou-se com os primeiros assentamentos de populações humanas no litoral, que se desenvolveram ao longo de milénios e em diferentes geografias, nas quais o território português não foi exceção. Estudos recentes na costa da Serra da Arrábida demonstram evidências do consumo de recursos marinhos diferenciados como peixes, moluscos, crustáceos, golfinhos, focas e tartarugas marinhas, entre outros, por Neandertais (Zilhão et al., 2020). Desde práticas artesanais às mais avançadas tecnologias extrativas, é hoje clara a importância do oceano para a subsistência humana, a par da sua relevância em múltiplas construções culturais e sociais. Por outro lado, a análise das ciências humanas tem revelado como os animais (do mar) são protagonistas relevantes da história humana. As práticas de exploração de vários animais marinhos têm funcionado também, ao longo da história, como detonadores das interações das pessoas com o mar e têm sido, muitas vezes, basilares nos processos de colonização dos espaços e na construção dos espaços litorais. Numa narrativa multiespécies e pluridisciplinar, a nossa investigação tem incidido principalmente na exploração de megafauna como baleias, manatins, focas e tartarugas marinhas, não esquecendo algumas espécies de peixes como bacalhau, atum ou tubarões. Como estudo de caso para o presente dossier, focamo-nos brevemente na história secular da caça de baleias, mamíferos marinhos da ordem dos cetáceos.

Estudos recentes de zooarqueologia têm demonstrado o consumo de baleia no território português, pelo menos, desde o período medieval islâmico (e.g. Davis, Gonçalves, & Gabriel, 2008; Pereira, 2013; Bernal-Casasola, et al., 2016). Durante este período e a seguinte época medieval cristã, os animais eram aproveitados quando arrojavam na costa ou eram caçados no mar. Encontramos

referência ao pagamento de tributos à Coroa em diferentes forais dos séculos XII, XIII e XIV (Castro, 1966; Amorim, 2009; Brito, 2011; Brito & Jordão, 2014), bem como a locais destinados à morada dos baleeiros – e que ainda hoje fazem parte da toponímia nacional, como por exemplo o Baleal (concelho de Peniche). Das baleias era consumida a carne, utilizadas as barbas e os ossos em objetos de uso quotidiano ou como matéria-prima, sendo o principal fim destes animais a transformação da sua gordura em óleo empregue na iluminação. A caça medieval dirigida às baleias do Atlântico Norte por várias nações, e tendo como especialistas os baleeiros bascos, permitiu aumentar os pontos de luz nas casas europeias. Consequentemente, alteraram-se perceções e experiências nas práticas diárias e nas atividades laborais que podiam agora ser realizadas de dia e de noite (Escribano-Ruiz, 2019).

O impacte causado nas populações naturais foi severo e deixou marcas até aos dias de hoje, tendo sido extinta a população do Atlântico de baleia-cinzenta (*Eschrichtius robustus*) e restando atualmente entre 200 e 250 indivíduos de baleia-franca (*Eubalaena glacialis*) na população do Atlântico Norte (Cooke, 2020). Com a depleção destes animais logo no início da idade moderna (1500-1800), os europeus orientaram as suas práticas extrativas para as Américas. Caso é o da baleação portuguesa nas águas do Brasil – monopólio régio entre 1614 e 1801 –, que integrou os processos e estratégias de apropriação, domínio e colonização do território (Vieira, 2020). Mais uma vez, o impacte desta exploração alterou os padrões de ocorrência das populações de baleias do Atlântico Sul que têm vindo, lentamente, a recuperar os seus efetivos populacionais do passado e redescobrem agora antigas áreas de distribuição, como a baleia-corcunda (*Megaptera novaeangliae*) ou a baleia-franca-austral (*Eubalaena australis*).

De facto, esta tem sido uma relação transformativa e predatória que ilustra como a história do desenvolvimento das sociedades humanas é também

a história da degradação e crise ecológicas (Chew, 2001; Mauch, 2019), e de como as expansões europeias do período moderno alteraram de forma profunda a ligação entre as pessoas e o resto da natureza.

Ilhas e assentamentos

As ilhas fazem parte do imaginário humano.

No passado, muitas vezes apelidadas de ilhas míticas ou fantásticas, eram figuradas como locais paradisíacos onde a vida poderia florescer em ambientes tranquilos e férteis, um ideal que fez parte do imaginário atlântico tardo-medieval. Os conhecimentos da navegação greco-romana alimentaram algumas das referências da cartografia medieval que nortearam as primeiras navegações da época Moderna, onde se supõe, por exemplo, que o arquipélago das Canárias fosse já conhecido e frequentado por grupos humanos (Silva, 2006). Com o arranque da expansão marítima portuguesa, a ideia de um território paradisíaco, autossuficiente e rodeado por mar ocupava um lugar central na visão do mundo da época. Idealizam-se espaços de prosperidade e abundância que poderiam garantir aos navegadores a assistência necessária, em caso de algum desespero. Encontrar uma ilha poderia significar abrigo, fornecimento de víveres ou abastecimento de água, fatores que poderiam garantir o sucesso das suas viagens (Gillis, 2004; 2007).

Com a descoberta, no século XV, dos arquipélagos atlânticos e sua posterior ocupação, por portugueses e castelhanos, as duas formações políticas ganharam territórios avançados, uma extensão das suas possessões que lhes fornecia apoio para os diferentes empreendimentos marítimos (Rodrigues & Garcia, 2016). Naturalmente, as ilhas passaram a representar um porto seguro e, ao mesmo tempo, uma ponte que permitia ligar a Europa aos demais destinos ultramarinos que iam sendo conhecidos (Ueda, 2006). Mas, para as sociedades que ocuparam estas ilhas, nomeadamente os arquipélagos dos Açores, Madeira,

Canárias e Cabo Verde, a vivência significou uma realidade pouco paradisíaca, já que a rudeza do trabalho de transformação do ambiente natural para dele retirar o sustento e o desconhecimento de fenómenos extremos, como sismos, vulcões ou tempestades, levaram ao medo e à luta pela sobrevivência (Koiso, 2004; Lopes, 2018). Com exceção das Canárias, ocupadas há cerca de 6000 anos pela comunidade indígena – os Guaches – (Pinto et al, 1996; Maca-Meyer et al., 2004), em muitas das ilhas não existia interferência humana prévia e, como tal, não se colocaram os desafios do confronto pela posse territorial contra outros grupos humanos. Estas geografias, muitas vezes com tectónica ativa e clima instável, húmido nuns casos e árido noutros, lançaram inúmeros desafios aos povoadores, na instalação dos primeiros assentamentos. As ilhas, com acesso por mar, obrigaram a que, em terra, fossem encontrados os melhores acessos, como enseadas que permitissem a varagem de pequenas embarcações. As baías mais abrigadas, normalmente localizadas a sul, e os possíveis fundeadouros, foram sendo experimentados e eleitos num processo de tentativa e erro, no qual se iam aferindo funcionalidades, permitindo distinguir os locais mais eficazes para as ações portuárias (Garcia, 2017). Em terra, também era importante ter em conta a necessidade de proteção das tempestades e avanços do mar, o que exigia a escolha de sítios onde houvesse água potável, terra fértil e arável. Não menos importantes foram as questões de defesa, já que a fronteira era o mar. Daí poderiam chegar inimigos que desafiassem a soberania ou simplesmente piratas que assaltassem as populações. De forma progressiva, nos primeiros locais de assentamentos foram-se definindo pontos estratégicos de vigilância de defesa com edificação de fortes e muralhas de mar, evidências materiais que ainda hoje são identificáveis na paisagem. Numa fase inicial da ocupação das ilhas, as primeiras comunidades insulares de matriz europeia contaram, para sua sobrevivência, com os seus conhecimentos e técnicas, e também com os recursos dos próprios espaços insulares, alterando-os e transformando-os com maior ou

menor sucesso, numa perspetiva económica e política, mas, na maioria dos casos, numa profunda alteração dos ambientes preexistentes e um uso intensivo dos recursos. No decurso da evolução da expansão marítima europeia, as ilhas em geral e os seus portos em particular vão assumir um papel de plataformas giratórias, espaços de apoio e de intercâmbio, que garantem o suporte à navegação e às grandes viagens transoceânicas.

Trocas e avanços tecnológicos

Ao longo do período moderno, os oceanos transformaram-se no principal palco das atividades político-económicas dos países europeus e vetores de desenvolvimento de tecnologia e conhecimento. Assumiram-se como um espaço privilegiado para o descobrimento, expansão e suporte do poder económico e militar das monarquias europeias, que se foram estabelecendo em pontos estratégicos, do Ocidente ao Oriente. Os oceanos ligavam os diferentes continentes e o seu domínio garantia o controlo da navegação, da circulação de pessoas e bens, e de redes comerciais marítimas.

O confronto pelo domínio dos oceanos estimulou as potências europeias a desenvolver investigação e tecnologia ligadas aos navios, e a outras atividades subsidiárias e de apoio logístico que suportavam as suas frotas. Além da indústria da construção naval que estimulou a produção de documentação técnica sobre o *modus operandi* da construção de navios (a título de exemplo, as obras de Oliveira (1991 [c.1580]), Baker (c.1580), Lavanha (1996 [1606]), Cano (1964 [1611]) ou Witsen (1671) entre outras) e conduziu a debates internos sobre as suas características (Barcelos, 1899; Carvalho, 2008; Domingues, 2004), outras indústrias foram sendo montadas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e aplicadas aos navios e às viagens marítimas. Veja-se, por exemplo, a produção de biscoito na cintura industrial de Lisboa, destinada a abastecer as frotas transoceânicas (Caetano, 2004; Ventura, 2013), ou as

transformações na artilharia para maximizar o esforço de guerra a bordo (Duarte, 2003; Rodrigues, 2004).

Se, por um lado, o confronto estimulou estes e outros (tantos) avanços tecnológicos, os contactos entre os povos europeus e não-europeus – sociedades locais e indígenas – vieram transformar, adaptar e acrescentar novas técnicas e soluções aos métodos europeus. No caso da construção naval portuguesa no Oriente, este processo de aprendizagem do contacto com o Outro influenciou, por exemplo, a escolha e o recurso às matérias-primas locais, mais económicas e acessíveis do que as vindas do reino. Entre estas podemos citar, por exemplo, as madeiras de teca e angelim para a construção dos navios, o cairo, fibra retirada da casca do coco, para o fabrico de cabos e enxárcia, ou a concha de ostra para substituir o vidro nos faróis de iluminação dos navios (Carvalho, 2008).

Com efeito, os confrontos e contactos gerados a partir das viagens transoceânicas que opuseram e conectaram territórios, povos e ideias poderiam ser abordados a partir de outras temáticas além da das técnicas. Estes foram também potenciadores de múltiplas transformações socioculturais, científicas, políticas, económicas, religiosas ou da paisagem, que contribuíram para a Primeira Globalização do planeta (Costa, Rodrigues & Oliveira, 2014) e para a sua evolução à escala global (Parker, 2010).

Intercâmbios socioculturais

As sociedades são intrinsecamente interculturais, vivem de um eterno movimento de aceitação, de rejeição e de síntese. O oceano na época moderna, como estrada que conduziu à descompartimentação do globo, não só veio alterar a natureza desta dinâmica, como potenciou a multiplicação dos atores e da velocidade com que estes comunicavam, criando realidades históricas novas, ainda percecionadas no presente.

No Atlântico, ao largo da costa africana, as ilhas desabitadas viram nascer sociedades miscigenadas, onde o domínio europeu era contrabalançado com a superioridade numérica da população e da presença da cultura africana (Albuquerque & Santos, 1991; Caldeira, 1999; Henriques, 2000). A expansão da escravatura para uma dimensão transoceânica levou a um fluxo migratório forçado nunca antes percecionado. Milhões de africanos passaram a habitar o avesso da costa atlântica, o que ajuda a compreender que, atualmente, o segundo país no mundo com maior número de população da África Subsaariana não se encontra neste continente, mas no Brasil. Os europeus e os africanos juntaram-se aos ameríndios, resultando daí uma síntese cultural multifacetada, já que nenhuma das culturas em interação era homogénea.

O contacto e o domínio colonial levaram os europeus a estabelecer, formal e informalmente, categorias étnico-religiosas que lhes permitissem classificar a enorme variedade de povos que interagiram durante a Primeira Globalização. Algumas dessas classificações vinham da tradição medieval, outras eram em parte transmitidas pelos próprios grupos étnicos. A categorização não se ficava pela mera nomeação, mas antes pressupunha a descrição de características qualitativas, que constituíam construções fortemente eurocêntricas (Bethencourt, 2015). Talvez o maior desafio dos europeus tenha sido o da classificação das populações que resultaram da miscigenação, criando um caleidoscópio capaz de explicar a variedade das ligações. Surgiram então termos, que embora possam ter inspiração europeia, se generalizaram no uso, tais como: *baço*, *cabra*, *cafre*, *cafuzo*, *crioulo*, *fusco*, *mameluco*, *mestiço*, *mulato*, *muzungo*, *pardo* (Queija & Stella, 2000; Armitage & Subramanyan, 2010). A etimologia de algumas destas palavras era pejorativa como, por exemplo, *mulato* que deriva de *mula*, animal resultante de duas espécies diferentes. Estas categorias tinham também uma componente social, uma vez que um mulato filho da nobreza local, dificilmente receberia este

epíteto, mas sim o de “branco da terra”. O uso da categoria *branco* também se ampliou com o cruzamento europeu dos oceanos e estava longe de significar a mera cor da pele.

O oceano, como veículo da globalização, contribuiu para a criação identitária da própria Europa, em contraponto com os outros continentes. De certo modo, a abertura para o oceano tornou a Europa menos terrestre, menos oriental, mais ocidental, mesmo quando o Oriente permanecia em foco.

Até ao século XV, a identidade portuguesa, com a sua rica diversidade, encontrava-se cristalizada, com a nacionalidade e as fronteiras estabelecidas, respetivamente desde os séculos XII e XIII. A expansão marítima veio alterar essa realidade, não só nas sociedades coloniais, onde os súbditos da Coroa portuguesa se distinguiam usando termos como “Portugueses da América” ou “Portugueses Angolanos”, como também nos espaços usualmente denominados de “franjas do Império” (Hespanha, 2019). A miscigenação veio possibilitar que, no Oriente, por exemplo, um português pudesse ser filho, neto ou bisneto de um português, e filho de mãe cingalesa, malaia, siamesa, japonesa, chinesa, etc. A sua relação com Portugal poderia ser nula, a sua língua preferencial seria a materna e, mesmo que fosse católico, a sua religiosidade encontrava-se impregnada com a espiritualidade da mãe (Costa & Lacerda, 2007). A dinâmica do intercâmbio cultural iniciada com a Primeira Globalização permitiu cruzamentos espontâneos, no contexto da sua época, mas que, aos olhos dos tempos atuais, poderíamos considerar lições do passado sobre “fluidez” e um questionamento sobre conceitos como o de “identidades nacionais”.

Durante os séculos XVII e XVIII, no arquipélago malaio-indonésio era possível encontrar várias “tribos portuguesas”. Tratava-se de comunidades aculturadas, que falavam um crioulo de base portuguesa, praticavam um cristianismo híbrido com as crenças locais, usavam vestuário europeu adaptado às condições climáticas; eram conhecidos por usarem chapéu e vestirem cores

escuras. Curiosamente, já não tinham qualquer ligação genética aos portugueses (Andaya, 1995).

Em termos socioculturais, o oceano na época moderna permitiu o aparecimento de sociedades novas em ilhas desabitadas, sociedades coloniais onde, apesar do domínio europeu, imperou a miscigenação. Estes fenómenos originaram identidades étnico-culturais distintas, que conduziram à criação de novas categorias. O oceano perturbou a relação que a Europa tinha consigo própria e com os outros. Os portugueses não ficaram fora desta agitação identitária. Da língua portuguesa derivaram 38 crioulos (Cardoso, Hagemeyer, Alexandre, 2015). O catolicismo exprimiu-se em formas sincréticas com as religiões animista, hindu, judaica, muçulmana e budista. A culinária, as tradições e a arte, nas quatro partes do mundo, criaram entre si tanto pontes que as unem, como aspetos que as distinguem.

O mar, no seu movimento perpétuo, nunca traz exatamente a mesma onda.

O oceano-sujeito e o oceano-agente, ou as Humanidades para os Oceanos

Hoje em dia, e de acordo com várias correntes historiográficas, os oceanos são mais do que avenidas de contacto e de circulação que potenciaram as viagens marítimas da época moderna e a colonização europeia de territórios extraeuropeus. Estes espaços, encarados até recentemente como instrumentos da narrativa, cenário da ação desprovidos de dinâmicas próprias e de capacidade de mudança, passam assim a ser considerados elementos vivos e com história, sendo mais do que uma simples e tradicional via de transporte (Bolster, 2006; Armitage, Bashford & Sivasundaram, 2017). Os oceanos fazem parte da narrativa histórica como um corredor e um conector, como um lugar e um lar, e ainda como uma entidade própria resultante das interações de humanos e não-humanos (e.g. Belich et al., 2016; Mentz, 2020).

Em termos ambientais, o espaço ocupado pelo império português e outros impérios europeus na época moderna, inclui sistemas biogeográficos muitíssimo variados, distintos ecossistemas, zonas climáticas bastante diferentes. Esta variedade e multiplicidade de realidades ecológicas deve ser considerada quando pensamos nas sociedades que as ocuparam e os contextos culturais nos quais estas se inseriram. Vários colegas, assim como o nosso próprio grupo de trabalho, têm defendido as Humanidades para o Ambiente e para o Oceano (e.g. Holm & Travis, 2017; Mentz, 2020; Brito, 2022; Thurstan, 2022), de forma a reconhecer os fundamentos ecológicos e materiais das culturas e sociedades, as suas fontes energéticas e alimentares, formas de coexistência ecológica, e a interdependência da humanidade e do mundo não-humano. No estudo e compreensão do passado humano e na construção de narrativas históricas, podemos considerar os sistemas “multiespécies” que povoam o planeta e os oceanos como uma parte importante da Terra, como elementos dos mesmos biomas. Os seres humanos e outras espécies podem e devem ser compreendidos e estudados como interdependentes e inter-relacionados (Brito, 2022).

A *Década dos Oceanos* (United Nations Decade of Ocean Science for Sustainable Development), que se iniciou em 2021 e terminará em 2030, tem como mote: “A ciência que precisamos para o oceano que queremos”. Trata-se do pretexto para estudar as suas várias componentes - os seres humanos, os animais, o ambiente, a sua história conjunta, os contactos civilizacionais e entre humanos e não-humanos -, que resultaram e resultam em expressões artísticas, culturais e, nos dias de hoje, em políticas marítimas e projetos científicos. Esta é uma forma de considerar agendas pensadas para o bem-estar coletivo e para a sobrevivência da nossa espécie e de todas as outras espécies do planeta, assim como dos sistemas que as suportam – e ecossistemas, mas também sistemas socioculturais. Ou seja, poderíamos dizer que se tratam de sistemas integrados

de cultura e natureza, são sistemas “ecoculturais” (Brito, 2022), para os quais o contributo a partir da investigação nas Humanidades é fundamental. Neste sentido, na Conferência dos Oceanos, decorrida em Lisboa, em julho de 2022, advogámos pelas Humanidades para os Oceanos.

A apreensão que cada um tem e faz do Oceano é única. Chamemos-lhe universo, não pela hipérbole, mas por considerarmos que aquilo que conhecemos dele é uma parte ínfima, e por sabermos que apesar de todas as explorações submarinas, projetos de investigação, análises laboratoriais, registos e interpretações científicas existirá sempre uma fração de todo este conhecimento que não poderemos compreender totalmente. O porquê reside num facto simples: o ser humano não tem a habilidade física de permanecer dentro do Oceano. As ferramentas que temos ao nosso dispor, e que nos permitem explorar e estudar as profundezas, são avanços determinantes para melhor conhecermos o Oceano, mas em todas elas continuamos a ser espetadores. Ao longo da história humana, a simples possibilidade de manter uma memória, de preservar um espécime, de transportar vivo um animal para dar a conhecer a outros, poderia ser um feito difícil de alcançar.

É desta constatação e da observação contínua do espaço marinho e seus seres vivos que nasceram e nascem uma série de expressões artísticas e culturais, numa tentativa de colmatar essa falha e tentar interpretar e compreender esse elemento que é o Oceano. Este ocupa um lugar privilegiado na história, na literatura, na arte e na cultura. Tema recorrente, desde os primórdios da humanidade, nas mais diversas representações. Mais do que enumerar as principais manifestações artísticas e científicas que a humanidade constantemente produziu até hoje, foquemo-nos no porquê do não esgotamento desta temática e da persistência do nosso interesse por ela. A resposta talvez resida no carácter único do qual são revestidas, tentativas de apre(e)nder uma realidade oceânica na qual não podemos viver, mas que sempre fez parte de nós.

Acontece-nos, enquanto estudiosas e pensadoras deste tema na longa cronologia e em contextos culturais plurais, muitas vezes comparar o Oceano ao Tempo. Entidades (i)mutáveis que tentamos alcançar e prender, através de descrições, de pinturas e fotografias, de canções ou outras representações, mas que nos escapam na sua totalidade. É dessa falha que nasce a arte, a cultura e a nossa natureza humana que se constitui com os pés em terra e a alma no mar.

Agradecimentos

Este texto resulta do trabalho conjunto da equipa da linha de História Ambiental e o Mar do CHAM - Centro de Humanidades (financiado pela FCT no âmbito do projeto estratégico de referência UIDB/04666/2020) e da Cátedra UNESCO 'O Património Cultural dos Oceanos', Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. Resulta igualmente da experiência partilhada e colaborativa desenvolvida no âmbito dos projetos Europeus ERC Synergy 4-OCEANS (European Union's Horizon 2020 research and innovation programme (grant agreement N° 951649) e CONCHA (EU-H2020-MSCA-RISE-2017 research and innovation programme under grant agreement N°777998) e ainda das iniciativas bilaterais Marine Lexicon e H-Whale (financiadas pelo Fundo Bilateral dos EEA Grants).

Referências bibliográficas

Albuquerque, L. & Santos, M. E. M. (Coord.) (1991). *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical – Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde.

Amorim, I. (2009). The evolution of Portuguese fisheries in the medieval and early modern period. A fiscal approach. In L. Sickling, & D. Abreu-Ferreira (Eds.). *Beyond the Catch. Fisheries of the North Atlantic, the North Sea and the Baltic, 900-1850* (pp. 246-279). Brill.

Andaya, L. (1995). The Portuguese Tribe in the Malay-Indonesian Archipelago in the Seventeenth and Eighteenth Centuries. In F. Dutra, & J. C. dos Santos (Eds.), *The Portuguese and the Pacific. International Colloquium at*

Santa Barbara. (pp. 129-148) Santa Barbara: Center for the Portuguese Studies/University of California.

Armitage, D., & Subramanyan, S. (2010). *The Age of Revolutions in Global Context 1760-1840*. Palgrave Macmillan.

Armitage, D., Bashford, A., & Sivasundaram, S. (Eds.) (2017). *Oceanic Histories*. Cambridge: Cambridge University Press.

Barcelos, C. J. S. (1899). Construção de naus em Lisboa e Goa para a Carreira da Índia no começo do século XVII. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 17(2), 19-28.

Baker, M. (c. 1580) *Fragments of Ancient English Shipwrihty*. Cambridge: Magdelene College, Pepsyian Library, Ms 2820.

Belich, J., Darwin, J., Frenz, M., & Wickham, C. (Eds.) (2016). *The Prospect of Global History*. Oxford: Oxford University Press.

Bethencourt, F. (2015). *Racismos. Das Cruzadas ao século XX*. Lisboa: Temas e Debates.

Bernal-Casasola, D., Gardeisen, A., Morgenstern, P., Horwitz, L. K., Piqués, G., Theodoropoulou, T., & Wilkens, B. (2016). Ancient whale exploitation in the Mediterranean: the archaeological record. *Antiquity*, 90, 914-927. DOI:

Bolster, W. J. (2006). Opportunities in Marine Environmental History. *Environmental History*, 11(3), 567-597.

Brito, C. (2011). Medieval and early modern whaling in Portugal. *Anthrozoos*, 3(24), 287-300. DOI: <https://doi.org/10.2752/175303711X13045914865303>

Brito, C., & Jordão, V. (2014). A Baleação medieval e no início da era moderna em Portugal: Que nos din as fontes históricas? *Eubalaena*, 14, 28-40.

Brito, C. (2022). An early modern blue Anthropocene, or the historical entanglements between humans and nonhumans. *CES Contexto*, Beyond Modernity: Alternative Incursions into the Anthropocene, 67-74.

Caetano, C. (2004). *A Ribeira de Lisboa na época da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Pandora.

Cano, T. (1964) [1611]. *Arte para fabricar e aparejar naos*. Instituto de Estudios Canarios La Laguna.

Caldeira, A. M. (1999). *Mulheres, Sexualidade e Casamento em São Tomé e Príncipe (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos.

Cardoso, Hugo C., Hagemeyer, Tjerk and Alexandre, Nélia. (2015). 38. Crioulos de base lexical portuguesa. In Maria Iliescu e Eugen Roegiest (Ed.), *Manuel des anthologies, corpus et textes romans* (pp. 670-692). Berlin, München, Boston: De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110333138-043>.

Carvalho, P. (2008). *Os estaleiros na Índia Portuguesa (1595-1630)*. (Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa).

Castro, A. (1966). *A evolução económica de Portugal nos séculos XII a XV*, Volume IV. Lisboa: Portugália.

Chew, S. (2001). *World ecological degradation: accumulation, urbanization, and deforestation, 3000 B.C.-2000 A.D.* Oxford: AltaMira Press.

Cooke, J.G. 2020. *Eubalaena glacialis* (errata version published in 2020). *The IUCN Red List of Threatened Species 2020*: e.T41712A178589687. <https://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2020-2.RLTS.T41712A178589687.en>. Accessed on 30 June 2022.

Costa, J. P. O., & Lacerda, T. (2007). *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa*. Lisboa: ACIME.

Costa, J. P. O. (Coord.), Rodrigues, J. D., & Oliveira, P. A. (2014). *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: A Esfera do Livros.

Crosby, A. W. (2003) [1972]. *The Columbian Exchange: Biological and cultural consequences of 1492*. 30th Anniversary Edition. Westport, Connecticut/London: PRAEGER.

Davis, S. J. M., Gonçalves, M. J., & Gabriel, S. (2008). Animal remains from a Moslem period (12th/13th century AD) *lixreira* (garbage dump) in Silves, Algarve, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11(1), 183-258.

Domingues, F. C. (2004). *Os Navios do Mar Oceano. Teoria e empiria na arquitetura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

Duarte, L. M. (2003). 1449-1495: O triunfo da pólvora. In M. T. Barata, N. S. Teixeira (Dirs.), & J. Mattoso (Coord). *Nova História Militar de Portugal*. Vol. I (pp. 351-360). Lisboa: Círculo de Leitores.

Escribano-Ruiz, S. (2019). Olor a sangre. La pesca Vasca del Atlántico Norte en época moderna interpelada desde una posición colonial y sensorial. *Arqueología Iberoamericana*, 41, 52-61. Disponível em <https://www.laiesken.net/arqueologia/pdf/2019/AI4106.pdf>

Fagan, B. (2017). *Fishing. How the sea fed civilization*. New Haven/London: Yale University Press.

Garcia, C. (2017). New Ports of the New World: Ports of the Portuguese and British Atlantic Empires (Angra, Funchal, Port Royal and Bridgetown). *International Journal of Maritime History Publications*, 29(1), 155-174.

Gillis, J. (2004). *Islands of the Mind: How the Human Imagination Created the Atlantic World*. New York-Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Gillis, J. (2007). Islands in the Making of an Atlantic Oceania, 1500–1800. In J. Bentley, R. Bridenthal, & K. Wigen (Eds.). *Seascapes: Maritime Histories, Littoral Cultures, and Transoceanic Exchanges* (pp. 21–37). Honolulu: University of Hawai'i Press.

Koiso, K. (2004). *Mar, Medo e Morte: aspectos psicológicos dos naufragos na História Trágico-Marítima, nos testemunhos inéditos e noutras fontes*. Vol. I, Cascais: Patrimonia.

Henriques, I. C. (2000). *São Tomé e Príncipe. A Invenção de uma Sociedade*. Lisboa: Veja.

Hespanha, A. M. (2019). *Filhos da Terra. Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.

Holm, P., & Travis, C. (2017). The New Human Condition and Climate Change: Humanities and Social Science Perceptions of Threat. *Global and Planetary Change*, 156, 112–114.

Holm, P., Nicholls, J., Hayes, P. W., Iverson, J., & Allaire, B. (2021). Accelerated extractions of North Atlantic cod and herring, 1520–1790. *Fish and Fisheries*, 23(1), 54–72. DOI:

Lavanha, J. B. (1996) [1606] *Livro Primeiro de Architectura Naval. Fac-simile*, transcrição e tradução em inglês do manuscrito da Real Academia de La Historia de Madrid, Coleção Salazar, Códice 63. Lisboa: Academia de Marinha.

Lopes, P. C. (2018). The Importance of the Periphery: How the ocean was perceived during late medieval Christianity in the Iberian southwest. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 7(1), 159–178.

Maca-Meyer, N., Arnay, M., Rando, J. C., Flores, C., González, A. M., Cabrera, V. M. C., & Larruga, J.M. (2004). Ancient mtDNA analysis and the origin of the Guanches. *European Journal Of Human Genetics*, 12(2), 155–162. DOI:10.1038/sj.ejhg.5201075

Mann, C. C. (2012). *1493: Uncovering the New World Columbus Created*. New York: Vintage Books.

Mauch, C. (2019). *Slow Hope. Rethinking Ecologies of Crisis and Fear*. RCC Perspectives. Transformation in Environment and Society.

Mentz, S. (2019). *Break up the Anthropocene*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press.

Mentz, S. (2020). *Ocean*. New York: Bloomsbury Academic.

Oliveira, F. (1991) [c. 1580]. *O Livro da Fabrica das Naos. Fac-simile*, transcrição e tradução em inglês. Lisboa: Academia de Marinha.

Parker, C. H. (2010). *Global Interactions in the Early Modern Age, 1400–1800*. Cambridge: Cambridge University Press.

Pereira, V. (2013). Evidências zooarqueológicas do mundo rural islâmico - O caso de Portela 3 (S.B. de Messines). *VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Aroche-Serpa, (1097-1113).

Pinto, F., González, A. M., Henández, M., Larruga, J. M., & Cabrera, V. M. (1996). Genetic relationship between the Canary Islanders and their African and Spanish ancestors inferred from mitochondrial DNA sequences. *Ann Hum Genet*, 60, 321-330.

Queija, B. A., & Stella, A. (2000). *Negros, Mulatos, Zambaigos. Derroteros africanos en los mundos ibéricos*. Sevilla: EEHA.

Rodrigues, J. D., & Garcia, C. (2016). Ilhas e portos da Macaronésia portuguesa na literatura de viagens europeia (séculos XVI-XVIII). In M. G. H. Reyes, & O. C. Reys (Eds), *Fronteras de la agua: las ciudades portuárias y su universo cultural, (siglos XIV-XXI)* (pp. , 219-240). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico.

Rodrigues, V. L. G. (2004). A Guerra na Índia. In M. T. Barata, N. S. Teixeira (Dirs.), & A. M. Hespanha (Coord.) (pp. 198-223). *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.

Silva, J. M. A (2006). As ilhas afortunadas e o Atlântico greco-romano, na visão de Leonardo Torriani. In F. Oliveira, P. Thiery, & R. Vilaça (Coords.) (pp. 373-395). *Mar Greco-latino*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Thurstan, R. H. (2022). The potential of historical ecology to aid understanding of human-ocean interactions throughout the Anthropocene. *Journal of Fish Biology*, 1-14. DOI:10.1111/jfb.15000

Ueda, R. (2006). Pushing the Atlantic Envelope: Interoceanic Perspectives on Atlantic History. In J. Cañizares-Esguerra, & E. Seeman (Eds.), *The Atlantic in Global History, 1500-2000* (pp. 163-175). Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.

Ventura, A. (2013). A «outra banda» e a Expansão Portuguesa: o contributo dos fornos do biscoito de Vale de Zebro. In J. A. Fonseca, & L. C. Soares (Coord.) *Memórias 2009*. Lisboa: Academia da Marinha, XXXIX.

Vieira, N. (2020). A taxonomia da baleação portuguesa entre os séculos XV e XVIII: Uma história atlântica do mar, das baleias e das pessoas. (Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa).

Witsen, N. (1671). *Aeloude en Hedendaegse Scheepsbourw en Bestier*. Amsterdam.

Zilhão, J., Angelucci, D. E., Igreja, M. A., Arnold, L. J., Badal, E., Callapez, P. et al. (2020). Last Interglacial Iberian Neandertals as fisher-hunter-gatherers. *Science*, 367.